



## **O PAPEL POLÍTICO FEMININO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL KAINGANG**

Cynthia Creatini da Rocha<sup>1</sup>

A partir de materiais etnográficos pessoais e de outros colegas, o objetivo deste trabalho é trazer à tona reflexões sobre a agência feminina das mulheres Kaingang (Jê Meridionais) na organização sociopolítica do grupo. De modo geral, a literatura etnológica específica produziu até o momento poucas referências significativas com relação ao tema – o que não nos cabe retomar os motivos disso através dos longos debates sobre gênero e dos problemas já levantados em relação às abordagens teóricas e etnográficas dos pesquisadores.

De forma breve, pode-se dizer que uma visão quase consensual na literatura antropológica sobre os Jê Setentrionais indica que as mulheres estão relegadas à esfera doméstica, enquanto os homens monopolizam a esfera pública que remete tanto a vida ritual quanto às atividades político-jurais – Da Matta<sup>2</sup> ilustra tal tendência (Lea, 1994: 89-90). Entre os Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) esta mesma tendência também tem sido utilizada com insistência sendo ao “privado” atribuída a presença feminina e ao “público” a masculina. Fernandes (2003) salienta que às mulheres cabem as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, mesmo quando participam ativamente do trabalho agrícola e do comércio das peças artesanais produzidas, enquanto que aos homens kaingang estariam destinados os papéis de liderança, de decisão e de assuntos políticos.

Tendo este referencial em mente e tentando contrapô-lo aos dados observados, certamente é consenso que uma suposta complementaridade entre os gêneros não dispensa a assimetria – homens e mulheres kaingang possuem atribuições distintas em suas redes cosmológicas, sociais e políticas. Porém, cada vez mais, percebe-se que a distinção entre dois domínios separados não abarca a complexidade da vida indígena – de mulheres e homens, independentemente, que assumem papéis importantes na constituição e formação de grupos extensos. Diante disso, este ensaio pretende se somar aos debates levantados em outros trabalhos antropológicos acerca da agência feminina nas organizações sociopolíticas das Terras Baixas da América do Sul (Maccallum, 1998; Sachi, 2006; Colpron, 2005; Lasmar, 2008; Simonian, 2009). Nesse sentido, os Kaingang também possibilitam interessantes reflexões tendo em vista a atuação “efetiva” de algumas mulheres na dimensão sociopolítica de organização, formação e manutenção dos grupos. Cabe salientar que, atuação

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social, PPGAS/ UFSC.

<sup>2</sup> DA MATTA, R. Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis, Vozes, 1976.



“efetiva”, não significa “específica”, isto é, entende-se que a sociopolítica kaingang se move a partir de diversos agentes e vai além da presença do cacique, do *kujá* (xamã kaingang) ou de qualquer outro cargo de liderança politicamente legitimado.

O exemplo central do texto foca a figura de Martina Vergueiro, uma das pessoas kaingang em torno da qual se articula a formação do movimento indígena para a reivindicação da Terra Indígena Sêgu<sup>3</sup> (região norte do Rio Grande do Sul). Além dela, apresenta-se ainda breves informações referentes à existência de outras mulheres kaingang (caciques e *kujá/ xamã*), que em outros lugares da região sul do Brasil, também têm articulado transformações interessantes em contextos relacionados à expansão/ fixação geopolítica dos grupos, ou seja, nas questões sobre reivindicação fundiária para identificação de terras e constituição de aldeias.

Começamos então com uma nota introdutória sobre quem são os Kaingang. Com mais de trinta e três mil pessoas (Fonte: FUNASA, 2009), eles atualmente se distribuem em mais de quarenta terras indígenas (legalizadas ou em vias de legalização) localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há, ainda, aquelas famílias que vivem fora das terras indígenas, nas periferias de centros urbanos ou em zonas rurais destes estados (Fonte: ISA, 2010). Os números são expressivos: sozinhos, os Kaingang correspondem a quase 50% de toda população dos povos de língua Jê, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos no Brasil (Fonte: Portal Kaingang).

No caso do Rio Grande do Sul, o estado conta com nove terras kaingang já regularizadas; três declaradas; duas delimitadas; uma homologada e seis em estudos para identificação. Boa parte dessas áreas se localiza na região norte do estado, mas os movimentos mais recentes de reivindicações territoriais também têm apontado para territórios tradicionais que se encontram ao sul. O fato é que, seja ao norte ou ao sul do RS, uma característica desses movimentos é a proximidade das áreas reivindicadas junto a pólos metropolitanos como Porto Alegre, Passo Fundo, São Leopoldo, etc. Isso reflete parte da história de contato entre os indígenas e a sociedade envolvente, que no estado do Rio Grande do Sul foi marcada por violências e expropriações territoriais da parte indígena. Em síntese, pode-se dizer que os processos de colonizações européia no RS foram marcados por uma política estatal que causou grande intervenção no território e modo

---

<sup>3</sup> Lê-se Xengu. Palavra kaingang que significa uma espécie de peixe muito encontrada nos rios da região. Apesar da área reivindicada pelos indígenas estar localizada entre os municípios de Constantina e Novo Xingu, não há qualquer relação entre a denominação apontada pelos kaingang e aquela sugerida pelos colonizadores que denominaram este último município como Colônia Xingu nos idos de 1897 por razão totalmente diversa – uma viagem do colonizador Hermann Meyer até o rio Xingu no estado do Mato Grosso.



de vida indígena, demarcando aldeamentos, edificando cidades em torno deles<sup>4</sup> e promovendo legislações que resultaram no esbulho territorial das populações autóctones.

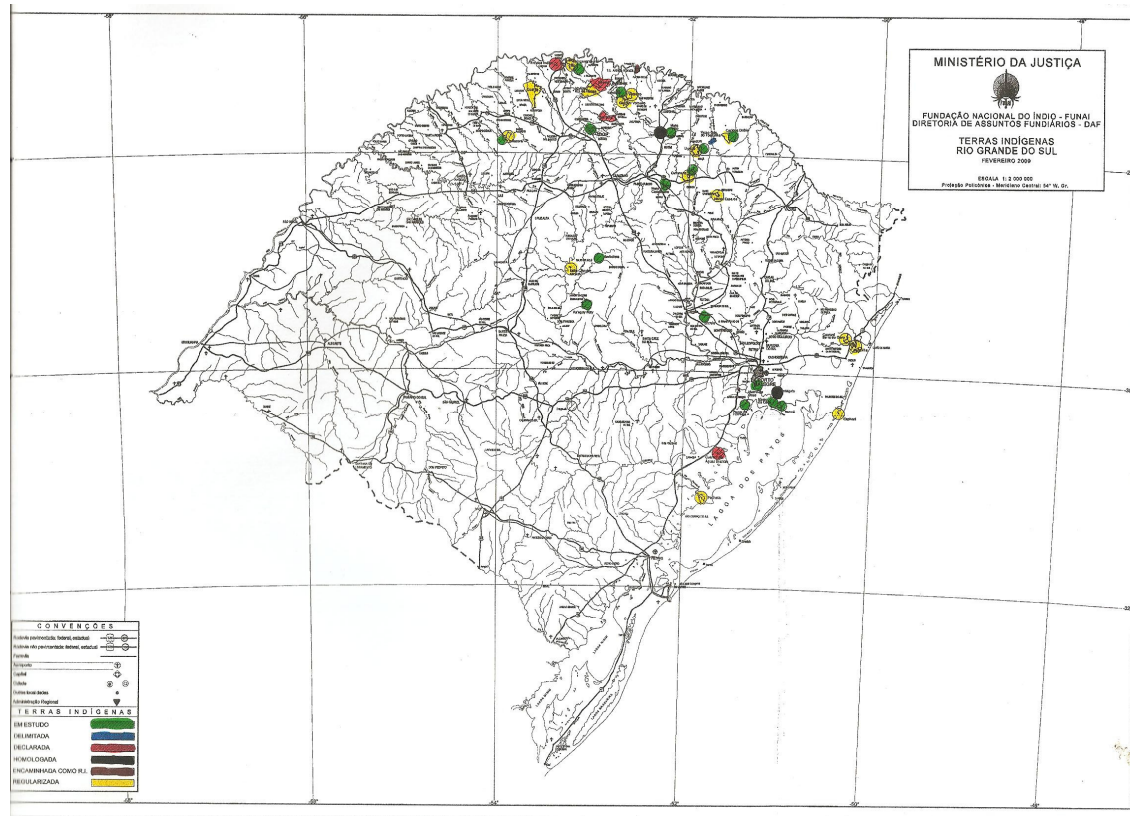


Figura 1: Mapa das terras indígenas Kaingang e Guaraní no RS. Fonte: FUNAI/ 2009.

Neste panorama, a reivindicação de duas famílias extensas de índios kaingang pela identificação da Terra Indígena Sêgu espelha o que tem ocorrido em outros contextos fundiários que envolvem os indígenas nas terras do RS. O movimento constante de idas e vindas das famílias indígenas que reivindicam a TI Sêgu ao longo do “território imemorial”<sup>5</sup> e mesmo entre as terras indígenas já reconhecidas é apenas *um* exemplo, entre tantos outros, que os Kaingang expressam como forma de evidenciar uma de suas principais características: a mobilidade espacial<sup>6</sup>. A

<sup>4</sup> Com o passar do tempo, tais aldeamentos foram sendo extintos para atualmente serem retomados nas demandas fundiárias empregadas pelos Kaingang.

<sup>5</sup> Após o decreto 1775/1996 e a Portaria nº14/1996 o conceito de “território imemorial” foi substituído juridicamente por “território de ocupação tradicional”. No entanto, para os Kaingang o conceito de “território imemorial” ainda permanece em vigor e expressa parte do vínculo sócio-cosmológico e histórico que os indígenas mantêm com os seus antepassados que circulavam e habitavam o planalto meridional do RS.

<sup>6</sup> Esta prática é muito questionada pelos não-índios, incluindo aqui os profissionais da saúde, da educação, da própria FUNAI e membros do poder público municipal que lidam diretamente com as questões indígenas quando governam municípios que se encontram próximos à terras indígenas.



mobilidade das famílias indígenas entre as terras – que fazem parte do território considerado como tradicional – é um elemento importante que caracteriza parte da ontologia de ser Kaingang. Dentre suas razões estão os casamentos, as questões políticas, as doenças, os laços de consangüinidade e aliança, os eventos públicos e os deslocamentos sazonais para comércio do artesanato. À maneira de seus antepassados, famílias inteiras se mudam de uma região para outra num curto espaço de tempo, reproduzindo um modelo de circulação ao longo da extensão das terras de ocupação tradicional, que agrupam distintas redes de parentesco. Tais expansões populacionais oriundas de processos sócio-históricos repercutem em expansões geopolíticas, que traduzem as demandas territoriais por identificações ou revisões das áreas já ocupadas. Historicamente, durante todo o processo de confinamento que foi imposto aos grupos Kaingang cercados pelos limites territoriais das áreas indígenas, a mobilidade se manteve como um princípio ativo. Mesmo sob uma série de dificuldades e restrições, as redes de relações entre as terras indígenas permaneceram operando como um fio condutor da organização sócio-espacial e política dos Kaingang. Como será visto adiante, a trajetória de Martina Vergueiro e de seu grupo extenso é um claro exemplo disso.

Os antepassados de Martina Vergueiro, sua mãe, e avós maternos nasceram e viveram na região do Sêgu até o momento da chegada das frentes de expansão colonizadoras (final do século XIX). Posteriormente, o advento da república sob a égide do positivismo castilhistal/ borgista, impôs à colonização um caráter civilizador sobre “a *barbárie* indígena e sobre o *atraso e indolência* dos *nacionais*” (Carini, 2005: 140, grifos do autor). Por sua vez, a Revolução de 1923, que colocou em combate chimangos e maragatos, veio agravar este quadro tornando diversas áreas do Rio Grande do Sul palco de batalhas. A região do Sêgu sofreu significativa influência deste movimento armado, tendo em vista que era reduto, refúgio e área de atuação do maragato Leonel Rocha, líder dos caboclos da zona de matas. Segundo o historiador Ardenghi, Rocha teria arregimentado os maragatos da mata para combater as companhias de colonização e teria atacado as colônias Sarandi e Xingu<sup>7</sup>. Indiscutivelmente, a revolta de 1923 foi o maior contratempo ocorrido nestas colonizações, onde os moradores – indígenas e caboclos – que se encontravam ali antes da chegada dos colonizadores, envolveram-se na revolta como represália às injustiças e despejos que sofreram por parte dos “gringos” (Ardenghi, 2003 apud Carini, 2005: 144). Da parte indígena, este conflito foi o estopim para a dispersão ou dissolução de grupos: aqueles que não fugiram foram mortos pelos colonos que tinham os ânimos inflamados com a revolução. Martina conta que nesta época,

---

<sup>7</sup> Esta última foi instalada sob território de grupos kaingang e no presente momento abarca parte da área reivindicada como TI Sêgu.



com medo de perderam a filha pequena, seus avós maternos fugiram para a TI Serrinha, que já era demarcada e onde viviam outras famílias kaingang.

Com o passar do tempo, por volta de 1950/1960, os kaingang da Serrinha também foram expulsos pela intrusão de colonos na área. A mãe de Martina (Cecília Vergueiro) já havia crescido e casado. O casal passou um tempo circulando por diferentes aldeamentos<sup>8</sup> até se estabelecer na TI Nonoai, onde nasceram os filhos, inclusive Martina. Na época da infância de Martina, a FUNAI – responsável pela “administração” das áreas indígenas –, obrigava as crianças a freqüentarem a escola. Assim, com sete anos Martina foi para a escola e estudou até a 5ª. série, depois disso ficou um tempo parada e acabou indo trabalhar como empregada da mulher do chefe de posto da TI Nonoai. Aos quinze anos, o chefe de posto sugeriu que Martina fosse fazer um curso para dar continuidade aos estudos na TI Guarita e lá ela ficou morando em um internato (conhecido como Missão Velha) por três anos. Quando retornou para a casa dos pais na TI Nonoai foi chamada para dar aulas na TI Palmas (Paraná) e como era solteira, os pais e irmãos (duas moças e um rapaz) foram juntos.

Na TI Palmas Martina conheceu seu atual companheiro, Lourenço Amantino, que era seu aluno. O casamento foi sugestão do pai dela depois que o rapaz foi até a sua casa para buscar Martina e acompanhá-la até a escola. Na época, Martina estava com vinte e quatro anos e Lourenço ainda não tinha completado dezoito anos. Ela já era considerada com uma idade avançada para uma moça que ainda não tinha casado e seus pais queriam retornar para a TI Nonoai, mas não queriam deixá-la sozinha. Quando o pai de Martina perguntou para Lourenço a qual “marca” (metade) ele pertencia e descobriu que ele era da metade oposta a sua, considerado então seu genro, tratou o casamento de Lourenço e Martina diretamente com o cacique da área, que era tio do rapaz e se comprometeu a ajudar o novo casal em seu estabelecimento na terra indígena. Lourenço e Martina permaneceram na TI Palmas por dois anos e depois foram morar na TI Nonoai, novamente próximo aos pais dela<sup>9</sup>. A mãe dela adoeceu e veio a falecer, foi quando Martina pediu transferência para lecionar na TI Votouro (RS). Depois de seis anos nesta terra indígena, Lourenço e Martina retornaram para a TI Nonoai e ali permaneceram até o ano 2000. A saída desta última terra indígena em direção a TI Serrinha foi motivada pelo fato que os filhos já estavam em idade de trabalhar e casar, mas o sistema político em Nonoai beneficiava prioritariamente o grupo de parentela do cacique, deixando os demais com restritas oportunidades e espaços para consolidarem as

---

<sup>8</sup> O termo aldeamento se refere a áreas demarcadas.

<sup>9</sup> O princípio residencial Kaingang é idealmente uxorilocal (o casal morando junto aos pais da mulher).



residências e as terras de plantio. Como o casal explicou, eles precisavam “colocar” os filhos. É comum observar a preocupação dos pais kaingang em deixar uma área de terras para os filhos estabelecerem suas residências e roças depois de casados. Como as terras indígenas são gerenciadas politicamente por grupos de famílias extensas, dificilmente uma família que não tenha relações com as lideranças políticas locais desfrutará de benefícios como terras de boa qualidade para plantio, subsídios de projetos externos (agrícolas, artesanato, etc), cargos públicos na educação ou saúde local (professores, agentes de saúde, agentes de saneamento).

Martina conta que antes de chegarem na TI Serrinha ela já vinha pensando no território do Sêgu, onde sabia que a mãe tinha nascido e lhe contado algumas de suas memórias. No entanto, foi justamente na Serrinha que encontrou outras pessoas que também tinham lembranças deste lugar e com eles começou a “pesquisar”, buscar outras memórias e a organizar o movimento. Em torno da liderança de um de seus tios que também vivia na Serrinha e tinha vínculo com os antepassados do Sêgu, articulou-se o movimento de reivindicação pela identificação dessa área. No início este tio liderou o movimento junto com o filho mais velho de Lourenço e Martina e, em torno deles, agregaram-se outras famílias com relação direta ou indireta ao território. A morte do tio, a separação do filho e união do mesmo com outra mulher – pertencente ao grupo extenso de Vivaldino Sales, que também reivindicava a área, mas que não era da parentela de Martina –, causou diversas rupturas internas entre a família extensa dela e essa outra com a qual o filho contraíra aliança.

A partir daí, a liderança do movimento passou a ser disputada entre os homens do grupo extenso de Vivaldino, incluindo aí o filho mais velho de Martina vs. os homens do grupo de Martina, especificamente seu marido Lourenço e seu filho do meio. Neste contexto todo, Martina fortaleceu-se e manteve-se como uma das pessoas mais importantes na qual se pautava a reivindicação territorial. Ela jamais assumiu qualquer liderança explícita, porém por trás da figura do marido e dos filhos, das cisões e embates políticos internos, alinhavava os argumentos para legitimar a demanda fundiária junto ao órgão indigenista e outros aliados externos (COMIM, Ministério Público Federal).

Desde 2004, as famílias extensas de Martina Vergueiro e Vivaldino Sales vinham promovendo constantes acampamentos em lugares conhecidos e ocupados por seus antepassados. Tais ações simbolizavam a luta indígena pela retomada de parte do território tradicional. No entanto, em uma região do Rio Grande do Sul caracterizada pela intensa colonização alemã e onde atualmente se configura boa parte do “agronegócio” do estado, a presença indígena obviamente



gerou represálias por parte dos não-índios. Em cada novo acampamento indígena, os kaingang eram retirados via força judicial<sup>10</sup>. Foi no início de 2009 que se constituiu o GT<sup>11</sup> para realizar os estudos de identificação da TI Sêgu.

As tensões internas entre os grupos indígenas agravaram-se quando Martina e o marido decidiram sair do acampamento coletivo (que tinha como base a TI Serrinha) e compraram um pequeno terreno no interior da área reivindicada. Para este local seguiram com o casal seu grupo doméstico (quatro filhos – três homens e uma mulher – um genro, uma nora e dois netos) e outros dois casais que também levavam filhos, netos e agregados, agrupando no total doze famílias nucleares. No dia em que estavam deixando o acampamento coletivo, algumas mulheres do grupo oposto agrediram Martina fisicamente, o que parece sinalizar que apesar das disputas na arena política girarem em torno do papel masculino de liderança, as mulheres também estavam diretamente envolvidas no contexto. Sem dúvida nenhuma, Martina tornou-se um dos focos centrais na reivindicação do Sêgu e sua agência para articular as ações e negociações do movimento passou a ser percebida tanto pelos homens quanto pelas mulheres. A agressão contra ela explicita sua importância na esfera política e sugere que uma interpretação que distingue homens de mulheres, neste caso não funciona. As tramas sociopolíticas extrapolam as questões de gênero.

Em texto do antropólogo Rogério Rosa (2009) comparando o xamanismo Inuit e Kaingang, ele busca reflexões em torno das narrativas de duas mulheres xamãs, uma inuit e outra kaingang. De saída pode-se dizer que seu trabalho acrescenta uma interessante contribuição à literatura específica, já que o xamanismo feminino, apesar de etnograficamente conhecido, tem sido pouco abordado<sup>12</sup>. Como alerta a etnóloga Anne-Marie Colpron (2005), o interesse conceitual de um fenômeno não pode ser medido exclusivamente em termos estatísticos. A xamã kaingang a qual Rosa se refere, Lurdes *Nimpré* da Silva Souza, também tem uma longa trajetória de influência na constituição das aldeias Morro do Osso e *Porfi* (Porto Alegre e São Leopoldo/ RS, respectivamente). Foi a partir de

---

<sup>10</sup> Há um longo processo arquivado no Ministério Público de Passo Fundo no qual se encontram anexadas cópias de todas liminares que incidiram sobre os Kaingang. Algumas destas liminares estão em nome de Martina, Lourenço e Gelcimar (filho mais velho deles).

<sup>11</sup> Portaria nº 475 de 15/05/2009 (publicada no DOU). Grupo Técnico coordenado pela antropóloga Cinthia C. da Rocha.

<sup>12</sup> Em conversa pessoal com o indigenista Rodrigo Alegretti Venzon, que de longa data pesquisa junto os Kaingang e Guarani da região sul, ele citou a referência de algumas mulheres xamãs que vale acrescentar como nota de rodapé caso futuros pesquisadores se interessem pelo assunto: Maria Oliveira (TI Iraí); Malvina Braga (TI Cacique Doble); Joana Caetano Chaves (TI Carreteiro); Luísa Marcolina Pedroso (TI Votouro); Natália Kanheró (Irapuá/ TI Guarita); Maurícia Vitorino (Bananeiras/ TI Nonoai); Henriqueta Kanheró (TI Nonoai/ Rio da Várzea). Além destas xamãs, atualmente a TI Estrela é liderada pela “cacica” Maria Antônia Soares, de Estrela.



sua visão xamânica que se consolidaram estas reivindicações territoriais, posteriormente conduzidas de forma aparente por homens.

Simonian recorda que “mesmo que de modo velado e/ou independentemente de participação em contextos institucionais ou *quasi* institucionais como facções, associações, partidos, Estado, as mulheres têm integrado os processos organizativos do fazer política” (Simonian, 2009: 05). O caso é que, como Martina, Lurdes teve uma agência importante nas questões sociopolíticas que envolviam os grupos a ela atrelados. Assim, volta-se a enfatizar o caráter feminino por trás do papel legitimado das lideranças kaingang masculinas. Como ainda explicita esta autora:

(...) a importância do papel político das mulheres tem sido essencial, pois não só decidem acerca de estratégias importantes para suas famílias e sociedades mais amplas, como influenciam irmãos, pais, maridos e filhos nas questões política de suas competências” (Forline, 1995; Leacock, Nash, 1981; Simonian, 2001 *apud* Simonian, 2009: 06).

Como foi dito no início, as razões pelas quais os pesquisadores não têm abordado a agência feminina na sociopolítica dos grupos de língua Jê e em outras sociedades indígenas, pouco importa. O fato é que, simplesmente a tenuidade da dicotomia entre a esfera pública e a privada já não é novidade. O presente texto procurou mostrar a agência de algumas mulheres kaingang nas questões sociopolíticas que envolvem os movimentos por demandas territoriais. Assim, as trajetórias de Martina Vergueiro e Lurdes *Nimpré* da Silva Souza exemplificam a centralidade que algumas mulheres podem assumir nestas reivindicações. Desse modo, as mulheres indígenas saem de cena como aquelas relacionadas a um lugar puramente doméstico, para assumirem um papel político feminino, que está na base da organização social Kaingang contemporânea.

#### *Bibliografia:*

COLPRON, Anne-Marie. *Monopólio Masculino do Xamanismo Amazônico: o contra-exemplo das mulheres xamã Shipibo-Conibo*. *Mana* 11 (1) 95-128, 2005.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. Tese de Doutorado, PPGAS/ USP, 2003.

LASMAR, Cristiane. *Irmã de Índio, Mulher de Branco: perspectivas femininas no Alto Rio Negro*. *Mana* 14 (2): 429-454, 2008.

LEA, Vanessa. *Gênero feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas*. Cadernos Pagu, Campinas: Unicamp, n. 3, p. 85-116, 1994.

\_\_\_\_\_. *Desnaturalizando Gênero na Sociedade Mebengokre*. *Estudo Feministas*, Ano 7, 1999.





MCCALLUM, Cecília. *Alteridade e Sociabilidade Kaxinauí*: perspectivas de uma antropologia da vida diária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38. p.127-133, 1998.

ROSA, Rogerio Reus Gonçalves da. *O Feminino Xamanico dos Inuit e Kaingang*. In: Buenos Aires: VIII Reunion de Antropología del Mercosul, 2009.

SACHI, Ângela. *União, Luta, Liberdade e Resistência*: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006.

SIMONIAN, Lígia T. L. *Mulheres enquanto Políticas*: desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas. *Papers do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)*, n° 254, 2009.